

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ANDREIA PAULA DA SILVA

**PERTENCIMENTO RACIAL: A ESCOLHA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ADOÇÃO**

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ANDREIA PAULA DA SILVA

**PERTENCIMENTO RACIAL: A ESCOLHA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ADOÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial de
Conclusão de Curso para obtenção do grau de
Especialização em Educação para as Relações
Étnico- Raciais.

Orientadora: Professora Karina Falavinha.

CURITIBA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDREIA PAULA DA SILVA

PERTENCIMENTO RACIAL: A ESCOLHA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ADOÇÃO

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de especialista em Educação das Relações Étnico- Raciais do setor NEAD Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Professora Karina Falavinha
Orientador - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, UFPR

Prof. Thaís Regina de Carvalho Pires

Prof. Judit Gomes da Silva

Curitiba, 10 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta Universidade e seu corpo docente, que oportunizaram esse novo horizonte.

A minha orientadora, professora Karina Falavinha, pelo suporte, pelas suas correções e incentivo.

A minha família, pelo apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

O VÍNCULO DO AMOR

Sonhava...
Era a criança que beijava
Bonecas,
Preparava mamadeiras
Banhos,
Trocava roupinhas e cantava
Canções de ninar.

Sonhava...
Que teria uma imensa
Barriga
E dois corações pulsando,
Um no peito e outro
Naquela barriga.

Sonhava ...
Com o momento sublime
De escutar o choro do seu
Bebê.

Tão acalantado e amado
Nos sonhos infanto-juvenis.

Sonhava ...
Que teria bastante leite
Para alimentá-lo,
O leite que ele encontraria
Bem próximo a seu coração.

Sonhava ...
Quem não sonhou um dia
Certamente não foi criança,
É o sonho quem ajuda
A gente crescer.
Quando cresceu, precisou
Parar de sonhar e esperar

A chegada daquele bebê,
Sonhando e nunca sentido
Na barriga (que não cresceu).

Um dia, acordada,
Acariciou aquela criança,
Que sempre esteve presente,
Como vida em sua vida,
Como batidas do coração.
Naquele dia inesquecível ...

A reconheceu como um
Encanto
E soube que ela já havia
Sido beijada por outros
Lábios,
Abraçada por outros braços.
Naquele momento, seu Coração
Se fez ninho para acolhê-la
E ela adormeceu nele,
Tornando real o vínculo do
Amor ...
A adoção.

Marinalva de Sena Brandão.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o funcionamento do processo de adoção, no que se refere à predominância do pertencimento racial do adotante pela criança a ser adotada. O trabalho apresenta aspectos históricos e sociais sobre a adoção, atrelando posteriormente à discussão questões sobre a desigualdade racial presentes na sociedade brasileira. Para tanto, foi utilizada como metodologia, a análise bibliográfica e a análise documental no Cadastro Nacional de Adoção. Como aporte teórico, os principais autores utilizados foram Silveira, Ruffino e Santos, entre outros. De maneira geral, o estudo apontou que a maioria dos adotantes preferem adotar crianças que sejam brancas, do gênero feminino e de menor idade, havendo, portanto, uma reprodução da desigualdade de raça, gênero e de idade em tal processo.

Palavras-Chave: Processo de Adoção, Desigualdades Raciais, Pertencimento Racial.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the functioning of the adoption process, and also the prevalence of racial membership of the adopter for the child to be adopted. The paper presents historical and social aspects of the adoption tying to the discussion issues of racial inequality in the Brazilian society. Thus, it was used as methodology: literature review and document analysis in the National Adoption Register. As a theoretical framework, the main authors used were Silveira, Ruffino and Santos, and others. Overall, the study found that most adopters prefer to adopt children who are white, female and underage, there is therefore a reproduction of inequality of race, gender and age in such a process.

Key-Words: Adoption process, Racial Inequality, Racial Belonging.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA ADOÇÃO.....	12
1.1 ASPECTOS SOCIAIS DA ADOÇÃO: ORIGENS DO ABANDONO DE CRIANÇAS.....	12
1.2 DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	16
1.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA FAMÍLIA MULTIRRACIAL.....	19
1.4 MODALIDADES DA ADOÇÃO.....	22
1.5 DIFICULDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UMA FAMÍLIA.....	25
2 PERTENCIMENTO RACIAL E O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO.....	27
2.1 RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO ENTRE NEGROS E BRANCOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO.....	27
2.2 DESAFIOS NO PROCESSO DA ADOÇÃO: O PRECONCEITO.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS.....	39

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem como tema a adoção inter-racial de crianças no Brasil, buscando analisar a escolha das famílias no processo de adoção de uma criança, a partir da preferência do pertencimento racial.

De natureza qualitativa e quantitativa, este trabalho teve como base a revisão bibliográfica e análise documental no Cadastro Nacional de Adoção. O banco de dados utilizado foi o Scielo e o banco de teses e dissertações da Capes. Os autores utilizados são referências no tema (RIZZINI, SILVEIRA, entre outros), como também são utilizados os marcos legais que respaldam o direito das crianças e adolescentes, e, em especial, o direito da adoção, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. O recorte temporal utilizado foi entre 2013 á 2014, região sul em específico o município de Curitiba.

O tema foi escolhido em virtude da especialização da autora na área de Pedagogia Social, na qual a mesma obteve a informação por uma assistente social de que as crianças menos adotadas eram as negras, como também eram as mais levadas à adoção internacional. Desta forma, descrever quais as preferências por raça, idade e gênero é mais procurado por adotantes.

No momento da escolha pelo casal, a cor da pele mostra-se como um fator relevante de modo que a predominância é pela criança branca. Assim, crianças e jovens não são adotados em razão de serem da raça negra.

A desigualdade entre brancos e negros encontra-se presente em todas as esferas de nossa sociedade, apesar de aparecerem de forma simbólica fundamentadas no mito de uma democracia racial. Dessa forma, a importância desta pesquisa se dá pelo fato de buscar informações sobre o processo de escolha na adoção para revelar tais desigualdades neste âmbito.

Nesse contexto, as desigualdades encontram-se fundamentadas por meio de estereótipos decorrentes dos padrões de beleza que ainda predominam na sociedade, e que levam à preferência no momento da escolha de um filho adotivo.

Dessa forma, a pergunta que se pretende responder é: Como se efetiva o processo de adoção no que se refere à escolha pelo adotante do pertencimento racial da criança a ser adotada?

Para tanto, o objetivo geral do estudo é analisar como se efetiva o processo de adoção pelo adotante no que diz respeito à escolha do pertencimento racial da criança a ser adotada.

Nessa direção, o primeiro capítulo desta pesquisa aborda a história geral da adoção, desde o Código de Menores de 1979 e suas principais medidas, até os dias atuais, com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No segundo capítulo se aborda a análise do Cadastro Nacional de Adoção que de forma muito demarcada revela as desigualdades de raça, bem como outras desigualdades que se fizeram presentes, como as de idade e de gênero no processo de adoção.

1 UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA ADOÇÃO

1.1 ASPECTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DA ADOÇÃO: ORIGENS DO ABANDONO DE CRIANÇAS

A história da adoção no Brasil teve seus primeiros relatos no Código Civil de 1916, depois como Código de Menores de 1979 e mais tarde com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Todas essas mudanças foram muito importantes para o processo de adoção.

Na Antiguidade, a prática da adoção já existia em algumas sociedades, como em Roma e no Egito, uma vez que o abandono de crianças era recorrente, devido à ilegitimidade dos filhos e/ou o próprio enjeitamento da criança por parte dos pais.

Os gêmeos Rômulo e Remo, abandonados por seu tio à beira do rio Tibre, sendo resgatados por uma loba, e que, segundo a história, foram fundadores da Roma Antiga. (MARCÍLIO, 1998, p.21).

Na Roma Antiga, os laços sanguíneos tinham pouca importância na hora da adoção. O que mesmo importava era a linhagem que essa criança iria receber: mesmo ela vindo de uma linhagem mais baixa, da adoção em diante ela passaria a receber o nome e os bens do pai adotivo. Segundo Marcílio, Cícero, imperador de Roma

Defendia que somente homens sem filhos poderiam adotar uma criança, mulheres não poderiam adotar, mas poderiam ser adotadas. Mesmo com filhos vivos podia-se adotar como fez Herodes Ático. O mais famoso caso de adoção foi o de Otávio, que se tornou herdeiro e sucessor de seu tio Júlio Cesar. (MARCÍLIO, 1998, p.59).

Mas foi na Idade Média que a adoção se enfraqueceu, pois, nessa época, havia um descaso em relação à criança. Em alguns casos, a ilegitimidade dos filhos levava não somente ao abandono dessas crianças, como também ao infanticídio e ao aborto, já que os filhos bastardos eram vítimas de forte reprovação social, o que impedia essas crianças de serem adotadas, pois, mesmo vivendo em asilos para crianças, eram vítimas de preconceito, muitas vezes maltratados e, na maioria dos casos, não passavam dos primeiros anos de vida. (BADINTER, 1985, p.140).

A desigualdade era um dos principais motivos de abandono pelas famílias de sangue na Idade Média. O abandono de recém-nascidos era frequente. Há registro da sobrevivência de alguns deles, como São Vicentino, adotado por um duque, e Santa Odila, abandonada por seu pai porque era cega. (MARCÍLIO, 1998, p.32).

Observa-se que na Idade Média a Igreja tinha papel importante na recepção e distribuição de bebês abandonados, que eram abrigados em mosteiros e lá tinham o que vestir, comer, e acesso à educação e, o que mais importava para a igreja, “a salvação da alma”; e ali permaneciam até a possível adoção.

É interessante ressaltar que foi a partir da instituição do Código Babilônico de Hamurabi (1728-1686 a. C.) que a adoção foi disciplinada, e passou a ter 8 artigos que a regulamentavam. Se um homem tomou uma criança para adotar com seu próprio nome e a educou, esse filho adotivo não pode ser reclamado (GOODY, 1969, P. 55).

Assim, ressalta-se que a adoção sempre existiu na história da humanidade. De começo, para atender os imperativos da ordem religiosa, pois as civilizações antigas acreditavam que os vivos eram governados pelos mortos. A religião era uma forma de propagação de geração para geração. Neste contexto, o pai era o propagador de sua cultura, de forma que adotar um filho era, portanto, garantir a continuidade da religião, e de seus preceitos. Nesta relação não existiam laços afetivos entre o pai adotivo e seu filho adotado. (MARCILIO, 1998).

No Brasil, o direito à adoção se regulamentou através da legislação brasileira no século XX com o Código Civil de 1916 e, mais tarde, com o Código de Menores de 1979. Com esse código a adoção passou a ter duas vertentes, a adoção simples e a adoção plena. Segundo Silva Filho:

A adoção simples referia-se aos menores de até 18 (dezoito) anos de idade em situação irregular (art. 2º e art. 27) e era regulada pelo Código Civil. Dependia de autorização judicial e o adotante indicava os nomes que o adotado deveria utilizar. Exigia-se estágio de convivência, com prazo fixado pela autoridade judiciária, contando-se com a idade do adotado e outras características e condições concretas. Sendo a criança menor de um ano de idade, dispensava-se o estágio de convivência (SILVA FILHO, 2001, p.32).

A Adoção Simples era prevista para menores de dezoito anos que se encontravam em situação irregular, e dependia de prévia autorização judicial,

precedida de estágio de convivência com o menor, por prazo estabelecido por ordem judicial.

Art. 28. A adoção simples dependerá de autorização judicial, devendo o interessado indicar, no requerimento, os apelidos de família que usará o adotado, os quais, se deferido o pedido, constarão do alvará e da escritura, para averbação no registro de nascimento do menor (CÓDIGO DE MENORES, 1979).

O Código de Menores tornou-se mais flexível para os interessados em adotar uma criança abandonada, pois não restringia tanto a adoção, como no Código Civil de 1916, que preconizava que somente poderia adotar-se uma criança quem tivesse mais de 50 anos, sem prole legítima ou legitimada, conforme consta no artigo 368 do mesmo.

Com o Código de Menores de 1979, a adoção passou a ser concedida a casais na qual um dos cônjuges tivesse mais de 30 anos, por meio do artigo 32: “Somente poderão requerer adoção plena casais cujo matrimônio tenha mais de cinco anos e dos quais pelo menos uns dos cônjuges tenha mais de trinta anos”. (CÓDIGO DE MENORES, 1979).

Quanto à Adoção Plena, esta é prevista para menores de sete anos de idade em situação irregular, concedida a casais na qual um dos cônjuges tivesse mais de trinta anos de idade e no mínimo cinco anos de matrimônio, sendo a adoção plena de caráter irrevogável. Sobre a adoção plena, o código de menores preconiza que:

Art. 29. A adoção plena atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Art. 30. Caberá adoção plena de menor, de até sete anos de idade, que se encontre na situação irregular definida no inciso I, art. 2º desta Lei, de natureza não eventual.

Art. 33. Autorizar-se-á a adoção plena ao viúvo ou à viúva, provado que o menor está integrado em seu lar, onde tenha iniciado estágio de convivência de três anos ainda em vida do outro cônjuge.

Art. 34. Aos cônjuges separados judicialmente, havendo começado o estágio de convivência de três anos na constância da sociedade conjugal, é lícito requererem adoção plena, se acordarem sobre a guarda do menor após a separação judicial.

Art. 37. A adoção plena é irrevogável, ainda que aos adotantes venham a nascer filhos, as quais estão equiparados os adotados, com os mesmos direitos e deveres (Lei n. 6.697/ 1979, CÓDIGO DE MENORES).

A Adoção Plena era na qual o menor passava a ser filho dos adotantes, desligando de qualquer tipo de vínculo de seus pais de sangue, assim os pais adotivos tinham a certeza de que esse menor seria seu filho definitivamente. E a criança ou adolescente tinha a chance de ser criada por uma família e não estar mais em um abrigo ou correndo riscos com a família de sangue, tendo possibilitados os seus direitos.

As questões voltadas à adoção tiveram uma modificação significativa a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990. Ele foi constituído a partir de debates sobre as diversas situações em que as crianças brasileiras se encontravam, entre as quais: abandono, trabalho escravo, crime e prostituição. Tal lei foi criada com o objetivo de protegê-las por lei, além de garantir seus direitos e também deveres.

Segundo Rizzini, o Estatuto da Criança e do Adolescente contou com a participação da sociedade civil:

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, diferentemente da trajetória seguida no passado, simbolizou o clímax de um movimento social, que contou com a participação de uma diversidade de atores pela primeira vez presentes na história da legislação aqui retratada. O processo inusitado de elaboração e aprovação da lei foi possível devido à conjuntura política vivida pelo país, acompanhando a orientação mundial de defesa dos direitos humanos de cada cidadão. (RIZZINI, 1995, p. 166).

De acordo com o Estatuto (ECA), é considerada criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade. A partir do Estatuto (ECA), os direitos das crianças se intensificaram, e, ao contrário da Adoção Simples, que não garantia direitos de filho legítimo ao adotado, passou a entrar em vigor apenas a Adoção Plena, que garantia os mesmos direitos de filhos legítimos aos adotados. (ECA, 1990).

No ECA, a adoção é tratada da seguinte maneira:

A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

A adoção é um ato jurídico regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na qual o adotante recebe em sua família alguém desconhecido e por esse motivo será acompanhada pelo poder público, segundo o Artigo 39. Por ser um ato delicado que envolve menores, é vedada a adoção por procuração.

Importante também no Artigo 40 é a maioridade do adotante, que no mínimo, deverá ter 18 anos a mais que o adotado, salvo se já estiver sob guarda ou tutela do adotante.

Art. 40. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

Art. 42. Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil.

O adotante deve também ter os mesmos direitos e deveres legais dos filhos de sangue, não havendo nenhuma discriminação perante o natural e o adotado. Conclui-se que os “filhos de coração” serão assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, se tornando filhos legítimos e assegurados por lei.

Portanto, o ECA criou uma nova visão para a adoção e a criança, em que ela é possibilitada de cuidado e responsabilidade. Na qual o principal alvo é não apenas encontrar bebês para casais que não podem ter seus filhos biológicos, mas também encontrar pais para crianças abandonadas, violentadas e destituídas da convivência familiar.

1.2 DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

As crianças e adolescentes são protegidas socialmente de violências em geral por algumas leis, que foram regulamentadas após anos de debates e mobilizações. Dentre as que asseguram esses direitos, temos nossa Constituição Brasileira de 1988, que no Artigo 277, determina que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Para se fazer valer o Artigo 277 da Constituição Brasileira, foi deferida a lei Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que trouxe consigo a compreensão de que as crianças são sujeitos de direito.

Percebe-se que a história da infância nem sempre foi dotada de direitos, e que em outras sociedades, como na Grécia Antiga, era explícito o tratamento de inferioridade aplicado às crianças. Aristóteles descreveu a criança como um ser irracional, portador de uma avidez próxima da loucura, com capacidade natural para adquirir razão do pai ou do educador (LIMA, 2001, p. 11-12).

Na Grécia Antiga, as crianças espartanas eram criadas para o militarismo. Sendo assim, elas eram formadas para se tornar soldados. Desta forma a criança entrava para o exército aos sete anos de idade e permanecia até seus doze anos. Lá elas tinham um treinamento exagerado para sua idade, e também aprendiam a sujeitar-se aos seus superiores. Dessa forma, percebemos que na sociedade grega as crianças eram formadas para a vida militar e eram submissas aos adultos.

Já na sociedade romana, as crianças tinham um papel diferente. Tinham alguns direitos como o de estudar, aprendiam a ler e escrever em latim e grego; isso era claro nas camadas mais altas da sociedade. As crianças mais pobres não dispunham dos mesmos direitos, elas trabalhavam com artesanato e na produção agrícola. Também estudavam, mas não em tempo integral como os da elite.

As crianças da Roma Antiga possuíam a educação como direito, mas trabalhavam desde os 7 anos para ajudar suas famílias, assim prejudicando seus direitos como cidadãos.

A história da infância passou por várias etapas, até se tornarem detentoras de direitos. Segue abaixo quadro demonstrativo das políticas sociais que baseiam a discussão dos direitos da criança e do adolescente:

LEIS DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1886 - Lei do Ventre Livre	Passou a dar liberdade de crianças ao trabalho escravo.
1924 - Aprovação da Declaração de Genebra	Documento internacional sobre os direitos da criança.

1927 - Promulgação do Código de Menores.	
1946 - Criação da UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a infância.
1950 - UNICEF no Brasil	Traz para o país programas de proteção à saúde da criança e da gestante.
1959 - Declaração Universal dos direitos da Criança	Aumentou os direitos reservados a infância.
1979 - Criação do Código de Menores	Assistencialismo e repressão às crianças e jovens.
1989 - Convenção Internacional sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes	As crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos sociais.
1990 - Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente	Lei que regulamenta os direitos e deveres das crianças no Brasil.

Fonte: ECA, UNICEF, CÓDIGO DE MENORES, DECLARAÇÃO DE GENEVRA, LEI DO VENTRE LIVRE.

Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as iniciativas sobre a garantia dos direitos dessas crianças não pararam. Em 1992 houve a criação da Conanda (Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente), que tem por objetivo formular políticas públicas destinadas ao cumprimento do ECA. Outros planos também surgiram no decorrer dos anos, como o da idade mínima para se trabalhar que é de 16 anos e a regulamentação da lei do aprendiz.

Percebemos que na história da criança, esta teve suas considerações e seus direitos, mas que para isso ocorresse, houve grandes mudanças também na sociedade. Foram várias etapas para chegar aos dias atuais e garantir os direitos e deveres de crianças e adolescentes.

1.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UMA FAMÍLIA MULTIRRACIAL

A busca pela semelhança e a dificuldade de aceitar crianças que não se encaixam nos padrões da estética estabelecida pelos postulantes são aspectos que comumente têm sido incorporados no interior das práticas jurídicas, e revelam a intolerância às diferenças étnicas, bem como a negação à diversidade étnico-cultural. (SILVEIRA, 2002, p.124).

Esse processo entendido como preconceito racial começa no momento do preenchimento do cadastro, no qual as exigências são impostas quanto ao perfil do adotado, assim impossibilitando a convivência familiar dessa criança ou jovem. Para Silveira (2002), tais exigências são impostas a fim de evitar preconceitos futuros e constrangimentos ao filho adotado, bem como toda a família.

Portanto, esses aspectos geram a demora para essa criança chegar a um meio familiar. O perfil desejado por um adotante causa prejuízo a essas crianças, que com o tempo acabam por crescer e se tornar adultos sem família. Para Weber (1998), este conteúdo traz um novo impulso para um trabalho de conscientização da população na qual

Os desafios que devemos enfrentar atualmente é não deixar as crianças envelhecer nas instituições e conscientizar os brasileiros sobre as adoções necessárias: crianças mais velhas, de cor e com necessidades especiais. O trabalho é pedagógico, de conscientização da população e técnico, de preparação de profissionais que selecionem e preparem pessoas dispostas a acolher uma criança ou um adolescente. É um trabalho gigantesco e a longo prazo, mas que já começou (WEBER, 1998, p. 102).

Crianças e adolescentes têm seus direitos estabelecidos pelo ECA. O artigo 28 que trata da colocação em família substituta por meio da guarda, tutela ou adoção, muitas vezes não é respeitado por famílias que pretendem adotar. Muitas crianças ou jovens não são inseridos nesse meio familiar por alguns determinantes, dentre eles a idade, saúde mental ou física, a cor, gênero, grupo de irmãos. Portanto, a não colocação dessas crianças em famílias é seguida de um ou mais motivos.

O vínculo familiar para uma criança abandonada é essencial para seu desenvolvimento, no momento em que uma família não possa garantir condições básicas para seus filhos, cabe ao Estado garantir essa convivência familiar.

E esse processo se agrava com crianças acima de dois anos e, em especial, as de cor negra. Pois, como afirma Camargo (*apud* MOURA, 2008), ao negar à criança o direito de inserir-se num contexto familiar, estamos promovendo uma interferência determinante em seu processo de constituição e, conseqüentemente, em seu modo de ser e estar no mundo.

A nova Lei de Adoção, lei 12.010, de 03/08/09, prevê que a situação de meninos e meninas que estejam em instituições públicas ou famílias acolhedoras seja reavaliada a cada seis meses. O juiz, com base em um relatório elaborado por uma equipe multidisciplinar, vai decidir em seguida pela reintegração familiar ou pela colocação para adoção.

Segundo Silveira (2005), a cor da pele na prática adotiva mostra-se como um poderoso instrumento que irá dificultar o acesso ao direito à convivência familiar, no caso das famílias adotantes. Nota-se que crianças e jovens deixam de ser adotados por serem negros. Desta forma, a cor da pele impossibilita a inserção dessas crianças e jovens ao contexto familiar.

A adoção é a maneira de socializar novamente essa criança ou jovem, com o intuito de leva-los à convivência familiar. Segundo Weber (2005), no Brasil é preciso, antes de tudo, incrementar as políticas públicas para possibilitar assistência às famílias pobres e prevenir o abandono.

A não inserção de crianças e jovens em novas famílias está ligada à padronização estipulada pela maioria dos pais, que preferem crianças mais novas e de cor clara. Sendo assim, muitas das crianças mais velhas acabam não sendo inseridas no meio familiar. Dessa forma, Weber (2002) em uma de suas pesquisas relata que

Geralmente os técnicos desta área (psicólogos, assistentes sociais, juízes) ressaltam que as pessoas que desejam adotar precisam de muita preparação, que devem desejar muito um filho, não terem motivações "inadequadas", tais como escolher o sexo do filho, ou não elaborar primeiramente o "luto" de sua própria esterilidade etc., senão "a adoção não vai dar certo". Até um certo ponto esses fatores podem contribuir para uma relação saudável. No entanto, ninguém fala da preparação que pais biológicos também deveriam ter. Quantas pessoas têm filhos "por acaso", ou "para salvar um casamento", ou fazem inseminação in vitro "para

poderem escolher o sexo da criança"? Essas motivações seriam "adequadas" simplesmente por virem de pais biológicos?

O direito à convivência familiar é um direito fundamental de crianças e adolescentes garantido pelo ECA, conforme o Artigo 19, que estabelece que toda criança e adolescente tem direito a ser criado e educado por sua família e, na falta desta, por família substituta. Na Constituição Federal, consta do Artigo 227.

Weber (2002), sobre a família adotiva, remete que:

Os filhos adotivos sentem-se parecidos com sua família adotiva, tanto fisicamente quanto no temperamento, acham que a mudança de sua vida foi para melhor depois da adoção, a maioria não se sentiu tratada de forma diferente que outros filhos biológicos de seus pais, têm bom relacionamento com a família adotiva extensa, apesar de haver relatos de dificuldades com parentes e irmãos que são filhos biológicos dos pais adotivos. Os filhos adotivos imaginam-se em situação miserável se não tivessem sido adotados, relacionam a adoção com "amor" e amam seus pais adotivos e os percebem como seus pais "verdadeiros". A maioria absoluta dos filhos adotivos estão completamente satisfeitos com sua família adotiva: "eu adoro meus pais, mais do que tudo"; "sinto amor mesmo, nossa, não me vejo sem eles"; "eles são tudo para mim"; "a gente nem se lembra da adoção"; "não me sinto 'adotiva', me sinto filha de verdade e nem penso muito nisso"; "foi bom responder esse questionário, para mostrar que filho adotivo não é todo problemático"; "as pessoas discriminam e nem sabem do que estão falando; amor a gente constrói e não vem pelo sangue". É possível afirmar que as famílias que adotam crianças no Brasil fazem-no para resolver problemas pessoais de esterilidade ou infertilidade; não são adequadamente preparadas para este papel pelos Serviços de Adoção; ressentem-se dos preconceitos existentes sobre adoção, mas podem ser tão felizes quanto as famílias com descendentes biológicos. Se ainda existem inúmeros problemas com a adoção no Brasil, isso indica que temos muito ainda que estudar e que, especialmente nós, psicólogos, devemos traçar estratégias de intervenção, porque não tenho dúvida de que mesmo a experiência de problemas, discriminações, preconceitos, lutas, encontros e desencontros com sua história de origem, trazem menos dor e sofrimento do que o desamparo de uma criança abandonada em uma instituição.

Percebe-se que a adoção ainda é vista com restrições, que a formação da família multirracial é vista com discriminação, às vezes até por ela própria. Mesmo com o fim da escravidão, a sociedade brasileira continua valorizando o preconceito e o racismo.

Acredita-se que há possibilidade de garantir à essas crianças e jovens negros, abrigados em várias instituições pelo Brasil, o direito à convivência familiar digna. Desta forma, desmistificando preconceitos e estereótipos que são gerados na

adoção inter-racial. Ou mesmo despertando o interesse das famílias na adoção de crianças e jovens pretos.

1.4 MODALIDADES DA ADOÇÃO

É direito de toda criança a convivência no seio familiar, mesmo que esse meio familiar seja de maneira substituta, como a Guarda, Tutela e a Adoção. De acordo com o ECA, as diferenciações entre as três são:

Guarda: destina-se a regularizar a convivência de fato, atribuindo ao guardião vínculo e representação jurídica em relação a criança ou adolescente, obrigando-lhe a promover-lhes a assistência moral, material e educação, permitindo-lhe, todavia, opor-se a terceiros, inclusive os pais.

Destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no caso de adoção por estrangeiros.

Diferencia-se da tutela e da adoção, em especial, por não pressupor destituição ou suspensão do poder familiar dos pais (família natural).

A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins de direito.

Na hipótese de os pais serem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência por advogado (art. 166, ECA). Nesta situação, orienta-se ao pretendente e guardião a comparecer perante a Equipe Técnica Multidisciplinar do Juizado munida da seguinte documentação:

Cópia dos documentos dos adotantes (RG e CPF)

Cópia dos documentos da genitora (RG e CPF)

Certidão de nascimento da criança

Comprovante de endereço dos requerentes e genitores.

Tutela: é forma de colocação da criança e adolescente em família substituta. Pressupõe, ao contrário da guarda, a prévia destituição ou suspensão do poder familiar dos pais (família natural). Visa essencialmente suprir a carência de representação legal, assumindo o tutor tal múnus na ausência dos genitores.

Da mesma forma, na hipótese de os pais serem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência por advogado (art. 166, ECA). Nesta situação, orienta-se ao pretendente à tutela a comparecer perante a Equipe Técnica Multidisciplinar do Juizado munida da seguinte documentação:

Cópia dos documentos dos tutores (RG e CPF)

Cópia de certidão de óbito dos pais

Certidão de nascimento da criança

Cópia da certidão de óbito ou cópia da sentença que decreta a perda ou suspensão do poder familiar dos pais, conforme o caso.

Adoção: é a maneira mais ampla de situar a criança em família substituta, é regulamentada judicialmente, e não mais pode ser realizada por procuração. A adoção atribui ao adotado todos os direitos atribuídos aos filhos biológicos, desatando todos os vínculos com os pais biológicos anteriores. (Art. 41, ECA).

O adotante deve ter no mínimo 16 anos de diferença de idade do adotando. A adoção só será concreta quando foram esgotadas todas as possibilidades dessa criança em sua família biológica. Veja abaixo quem pode adotar, segundo o ECA:

- Maiores de 21 anos, qualquer que seja seu estado civil.
- O adotante deve ser 16 anos mais velhos do que o adotado.
- A Justiça não prevê adoção por homossexuais. A autorização fica a critério do juiz responsável.
- Cônjuge ou concubino pode adotar o filho do companheiro.

Veja abaixo a tabela que melhor complementa as fases da Adoção:

FASES DA ADOÇÃO

Etapas para o processo de adoção segundo a Vara da Infância e da Juventude de sua Comarca.	
<p>1ª Fase - Habilitação</p> <p>Toda essa etapa dura em torno de 9 meses.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Antes de tudo busque informação nas Varas de infância e nos grupos de apoio a adoção. 2- Na vara de infância de sua comarca, preencha um requerimento de habilitação de adoção, ao qual serão anexado os seguintes documentos: Fotocópia autenticada do RG da pessoa interessada, do CPF, Certidão de casamento ou nascimento ou união estável. Atestado ou comprovante de renda e residência. Certidões de Antecedentes 1,2 e 3 ofícios (civil criminal e extrajudicial). Fotografias coloridas e recentes dos familiares. Atestado de saúde física e mental. 3- Frequentar um grupo de apoio a adoção, em torno de 3 a 5 encontros. O cônjuge também deverá participar (nesses encontros há a presença de um profissional da área de adoção e de depoimentos pessoais, para orientar e sensibilizar as pessoas interessadas na adoção, para a tomada de consciência dos motivos que levaram à solicitação de adoção e a constituição de um ambiente familiar protetor e acolhedor). 4- Esperar a visita da equipe técnica para analisar se você possui condições socioeconômicas de acolher o filho adotivo. A equipe também fará entrevista com os familiares mais próximos, dentre eles se tiver os filhos biológicos. 5- Você será convocado a conversar com o psicólogo da Vara da Infância, esses relatórios de entrevista e visita serão anexados ao processo. 6- Aguardar o parecer do ministério público e depois a sentença do juiz. Se ela for positiva, o solicitante será incluído no Cadastro Nacional de Adoção.

<p>2ª Fase da Adoção</p> <p>Se a criança já estiver inscrita no Cadastro Nacional de Adoção, essa etapa pode durar 6 meses.</p>	<p>7- Espere o contato da Vara da Infância, que pode ser realizado por telefone ou email. Eles informarão sobre a disponibilidade da criança dentro do perfil solicitado e marcarão a visita ao abrigo onde se encontra essa criança ou jovem.</p> <p>8- Se houver 3 recusas sem justificativa para conhecer a criança, você pode ser inabilitado.</p> <p>9- Depois de conhecer a criança, os pretendentes passarão por um estágio de convivência. Poderão então entrar com um pedido de adoção concomitante com o pedido de guarda provisória. Que irá durar 180 dias e é prorrogável.</p> <p>10- Nesse período, a inserção da criança na família será avaliada por uma nova equipe técnica da Vara da Infância.</p> <p>11- Por fim, há o posicionamento do Ministério Público, e, logo a sentença do juiz para o pedido de adoção.</p>
---	--

Fonte: Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM).

Percebemos que há duas fases para a habilitação para a adoção, que essas etapas são necessárias para o processo, que são todas ministradas pela Vara da Infância em primeira instância e por fim pelo Ministério Público e sentença final do juiz.

1.5 DIFICULDADES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE UMA FAMÍLIA

Conforme já foi descrito, o processo de adoção é existente desde o início dos tempos. O conceito adoção foi sempre um pouco conturbado, principalmente no meio familiar. Para Ariès, entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII,

A criança havia conquistado um lugar junto de seus pais, lugar este a que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. Essa volta das crianças ao lar foi um grande acontecimento. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. (Ariès, 2006, p. 189).

Isso corresponde sobre o fato de que há algum tempo atrás havia pouco estudo sistemático realizado sobre a referida adoção, o que gerou consequências maléficas e preconceituosas.

As famílias, muitas vezes, na tentativa de proteger os filhos e a si mesmas, tinham o costume de esconder da sociedade que possuíam um filho adotivo. Assim, estavam agindo de forma preconceituosa, ao negar a existência da adoção. Os prejuízos causados pela omissão da adoção eram muitos, principalmente quando a criança descobria que não havia nascido do ventre de sua mãe, e sim que foi adotada.

Para Ariès (2006), a família vem mudando de geração em geração. Para ele, a família moderna está mais preocupada com os filhos, com sua educação, sua socialização.

Tal relação poderia ser tratada de outra maneira, mas que talvez por medos e preconceitos, ou até por falta de informação, são alcançados de maneira errônea, e assim a adoção é vista de forma preconceituosa, em que esses relatores não conhecem os fatos e fazem um prejulgamento.

Os estereótipos em relação à adoção implicam em fatos marcantes para essa família que deseja adotar, e, para combater-se esse estereótipo, é preciso esclarecer os conceitos corretamente.

Em um primeiro momento, para a família, não é fácil pensar na palavra adoção. Ela traz muitos medos, não é uma decisão fácil de ser tomada, a insegurança e a dúvida são assustadoras. É comum, entre os interessados em adotar, o temor da adoção. Mas esse medo não deve impedir que os adotantes desistam da adoção no meio de seu processo adotivo. Pois há em abrigos muitas crianças abandonadas, que precisam de uma família que esteja disposta a lhes dar amor e carinho, que necessitam de um lar. Mas, para que isso ocorra, há a necessidade desses pais estarem dispostos a adotarem fora dos perfis estabelecidos pela maioria deles.

Um dos estabelecimentos que lidam com esses temas tão polêmicos em relação à adoção, é o Conselho tutelar, são estruturas responsáveis por proteger as crianças e adolescentes, e desta forma são os primeiros a tomar medidas de proteção e conscientização às várias formas de discriminação. Portanto, é de direito, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, especifica no Art. 131:

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, sem jurisdição, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da

criança e do adolescente, definidos nesta Lei.”. Composto por cinco integrantes, os conselhos tutelares são criados por Lei Municipal, tornando-se órgãos públicos e integrantes do conjunto de instituições subordinadas ao ordenamento jurídico brasileiro. O exercício de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 136, 95, 101 (I a VII) e 129 (I a VII), não depende de autorização de ninguém, mas suas decisões podem ser revistas pelo Juiz da Infância e da Juventude, em resposta a requerimento daquele que se considerar prejudicado. Os conselheiros tutelares, agentes públicos, são eleitos para um mandato fixo de três anos, e não podem ocupar cargo de confiança nem estarem subordinados ao prefeito. No exercício de suas funções têm limites e regras claras, garantidas na lei de criação do Conselho Tutelar. O Regimento Interno explicita as situações e os procedimentos a que se submetem.

Há um impacto relevante com relação às adoções, devido a escolha de crianças, que influencia extremamente na vida dessas famílias e crianças. Estatísticas revelam que existe uma lista de espera de pais e mães que possuem interesse nas adoções. Porém as exigências e medos são muitos, não enquadrando essas crianças e adolescentes.

O preconceito ao adotar existe e não é lenda, a maioria traz o medo da formação de um ser que não faz parte biológica de sua família e outros: o preconceito de gênero, idade e cor, que serão tratados nos próximos capítulos.

2 PERTENCIMENTO RACIAL E O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO

2.1 RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO ENTRE NEGROS E BRANCOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO

A adoção no Brasil é pouco discutida nos veículos de comunicação de massa (jornal, televisão, rádios, internet etc.) principalmente em relação a adoção inter-racial. O contexto da criança adotada tem sido ligado a preconceitos, dentre eles um relevante é a cor. Para Munanga, o fim do sistema escravista, em 1888

Coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas

teorias racistas da época, diz respeito á influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (MUNANGA, 2008, p.48)

A ideia de Munanga nos mostra que a questão racial é herdada de um processo que já teve fim, mas que ainda é bem evidente no pensamento social das pessoas, e que está em qualquer área de nossa sociedade, dentre elas na adoção.

A adoção inter-racial é aquele em que o adotante não é da mesma cor que o adotado. Muitas dessas famílias não adotam crianças de outra cor por alguns motivos, dentre eles o preconceito. O termo preconceito significa um conceito antecipado e sem fundamento razoável, uma opinião formada sem ponderação; superstição, um convencionalismo. (FERNANDES, 1996. p.80).

Esse conceito antecipado do preconceito pode gerar no acesso a adoção de crianças negras uma avaliação negativa, em que a cor da pele passa a ter um grau de importância. Vargas (2001. p. 66) enfoca que há muita frequência de pessoas que desejam bebês de pele clara, e que o motivo é apenas evitar maior sofrimento para a criança pelo preconceito racial. Mas, para que a adoção aconteça, esse obstáculo terá de ser vencido.

Para que essas crianças tenham o acesso à família adotiva, em primeira instância, devem estar em situação de abandono, e a família que deseja adotar deve estar cadastrada e habilitada para esse fim.

Mas, nesse processo, a realidade toma outro rumo referente aos adotados perante suas características. Verificou-se nesta pesquisa que meninas de até 2 anos de idade e de cor branca, segundo o Cadastro Nacional de Adoção, são as mais procuradas. Mas os meninos predominam no cadastro de crianças em condições de serem adotadas. Já o total de crianças no Brasil para adoção é de 5687, dos quais 1037 são da raça negra e de pardos, 2782. Na região sul 55% brancas, 11% negras e 32% pardas.

Relacionando-se com a lista de pretendentes do cadastro nacional que tem 33187. Dos 100% de pretendentes no ano 2014, temos 26% que só aceitam crianças da cor branca, 1,68% que aceitam da cor negra e 5,27% da cor parda. Já a região sul não muda muita coisa em relação ao seu total, os que aceitam da cor branca são 37%, da cor negra 1% e pardo 1,69%. Abaixo, tabela para melhor explicar essas estatísticas:

Crianças disponíveis para adoção em Curitiba

Por Cor	Amarela Branca Parda Preta	0 87 81 15
Sexo	Feminino Masculino	78 105
Faixa Etária	0-5 6-10 11-15 Maiores de 15	7 28 107 41
Total		183

Relatório gerado em: 18/08/2014 - CNA.

Total de Pretendentes que são da Região Sul: 10934 - 34,42%

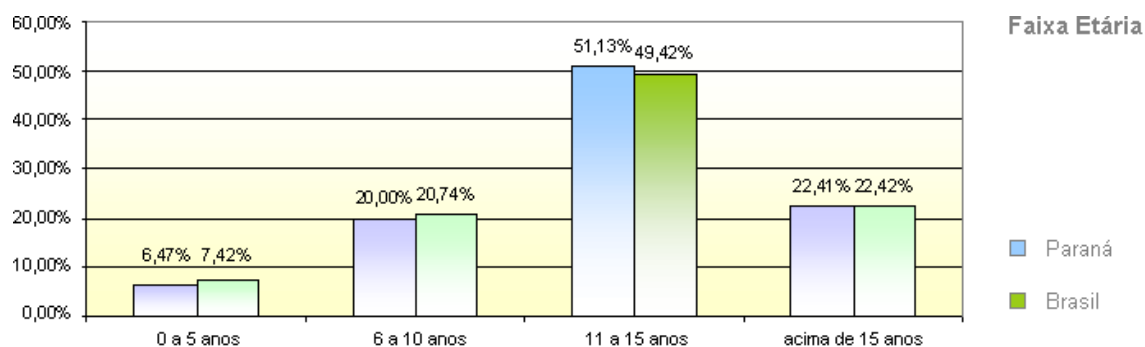
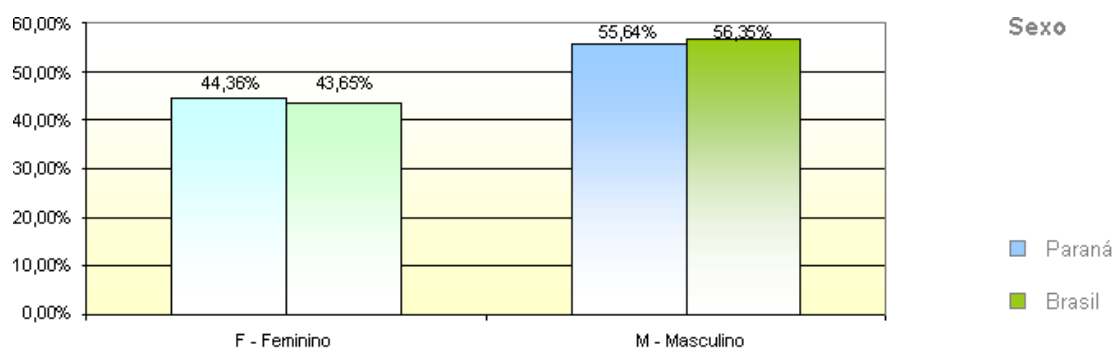
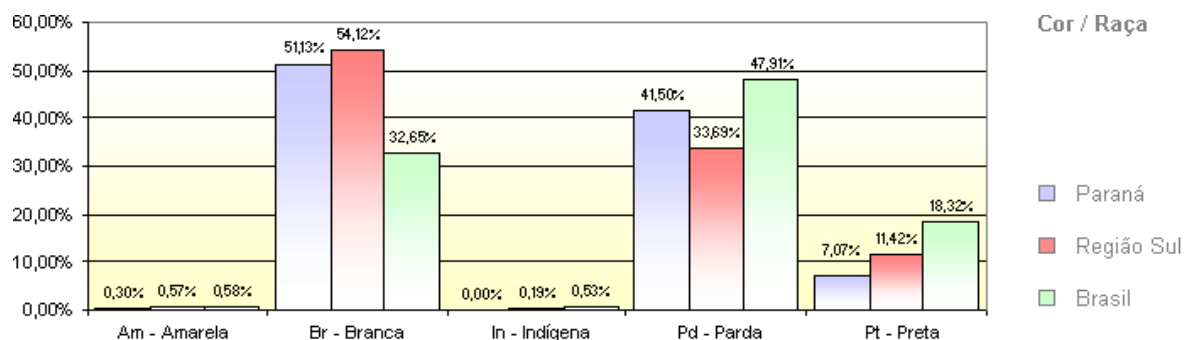
Que Somente aceitam crianças da raça Branca	4356	39,84%
Que Somente aceitam crianças da raça Preta	110	1,01%
Que Somente aceitam crianças da raça Amarela	58	0,53%
Que Somente aceitam crianças da raça Parda	185	1,69%

Relatório gerado em 18-08-2014 - CNA.

Total de Pretendentes que desejam adotar crianças que sejam somente do sexo Masculino	3067	9,66%
Total de Pretendentes que desejam adotar crianças que sejam somente do sexo Feminino	10001	31,49%

Relatório gerado em 18-08-2014 - CNA

Analisando quantitativamente, temos as tabelas abaixo para melhor visualização:



Observações:

1. Cor/ Raça: As porcentagens no Paraná diferem do restante do Brasil, mas estão alinhados com os percentuais apresentados na região sul.
2. Sexo: A distribuição também é semelhante com a da população nacional, até os 18 anos.
3. Faixa etária: O relatório não mostra o total de "Adolescentes" acima de 17 anos que podem estar cadastrados no sistema. Alguns podem ter atingido a maioridade.

Fonte: Cadastro Nacional De Adoção

A partir dessa pesquisa de aprofundamento de dados, constatou-se a hipótese que as famílias procuram mais meninas do que meninos e da cor branca. A escolha entre meninos e meninas vem de fatores relacionados, segundo Ana Maria da Silveira (2005, p. 104),

Ao abandono de crianças na história do Brasil indicam que sempre houve maior preocupação com crianças do sexo feminino. As meninas expostas na Roda recebiam mais atenção e cuidados, tendo em vista a preservação da honra e da virtude. Já os meninos órfãos e abandonados tiveram menos chances de ser inseridos em família substituta.

Observa-se nesse contexto que as meninas são mais escolhidas pelo fato de serem mais acomodadas, o que seria relativo, e que os meninos se tornariam mais agressivos com o passar do tempo.

Outro fator importante apresentado na pesquisa é a preferência racial. As crianças brancas são mais procuradas do que as crianças negras, amarelas ou pardas. Segundo RUFINO (1984) O sofrimento dessas crianças, que não são adotadas pela sua cor, é enorme e reflexo do grande preconceito racial que sobrevive implícito na sociedade, e que, de acordo com o autor,

Racismo, sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros, pregando, em particular, o confinamento dos inferiores numa parte do país (segregação racial). Como toda definição, esta é uma goma de mascar, pode aumentar diminuir ou ficar do mesmo tamanho, conforme o seu gosto. (RUFINO, 1984, p. 11).

A partir dos estudos realizados sobre o processo de adoção no Brasil relacionados à cor de crianças e jovens aptos a serem adotados, nota-se o grande preconceito ainda sobrevivente de uma época tão distante, mas que ainda assombra com grande discriminação a população negra do Brasil. A formação histórica brasileira, que foi marcada pela colonização e pela escravidão no Brasil, foi marcada pelo autoritarismo e sofrimento do povo negro no início do século XIX, quando o imaginário social foi construído a partir do preconceito pela cor, que após muitos anos da extinção da escravidão no Brasil ainda é gerador de discriminação ao povo afro-brasileiro.

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de

inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial. Nesse novo contexto, entretanto, a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como projeto pessoal e social. Sua crítica só ganhou repercussão nas últimas décadas do século XX, quando a denúncia da discriminação como prática social sistemática, denunciada pelo Movimento Negro, somou-se às análises sobre as desigualdades raciais entendidas não como simples produto de históricos acúmulos no campo da pobreza e da educação, mas como reflexos dos mecanismos discriminatórios. (RUFINO, 1984, p. 17).

Gomes (2000), ao falar dessa questão, lembra que esse imaginário possibilitou a incorporação de teorias raciais repletas de um suposto cientificismo que durante muito tempo atestou a inferioridade do negro, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a permissividade da cultura negra e a democracia racial.

O Estatuto da Igualdade Racial, lei 12.288/ 2010, no Artigo 1º, estabelece como racismo toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social cultural ou em qualquer outro campo da vida privada.

Dessa forma, é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade, independentemente da cor da pele ou de sua etnia. Entretanto, percebe-se na sociedade brasileira, que em alguns casos essa igualdade, principalmente de cor, não é respeitada. Dentre alguns casos, como a Adoção de crianças negras e pardas, se percebe essa desigualdade entre outras. Temos como base o site CNA, que, como já citado, deixa bem claro a que a fila de espera para crianças negras e pardas é maior que as de cor branca.

2.2 DESAFIOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO: O PRECONCEITO

A adoção de uma criança negra por uma família branca torna-se uma prática geradora de desafios e, principalmente, insiste na democracia racial, na qual tenta-se ocultar a intolerância contra os afrodescendentes.

Antes de qualquer dúvida precisamos estabelecer que uma adoção inter-racial, é uma adoção de crianças de raça diferente da do adotante. Devendo-se distinguir a questão de raça e etnia.

Segundo SILVA (*Apud BUENO*) A palavra raça, de origem latina, era utilizada no único sentido de designar grupos de animais da mesma espécie, mas com aspectos distintos.

Também para SILVA (p. 251) no Brasil, o termo étnico refere-se a grupo social que tem traços culturais e origem em comum, bastante usado tanto nas ciências, em particular na antropologia, e também no discurso público. Etnia é comumente aplicado a povos indígenas (por exemplo, etnia xetá; etnia kaigank, etnia maxacalí, etc.) ou a grupos de descendentes de povos de origem comum (etnia alemã, etnia italiana, e aos “sicilianos” ou “toscanos”). O termo etnia também é comumente utilizado para os povos ciganos.

Para Cardoso e Vainfas (1997, p. 320), as concepções etnocêntricas:

Durante o século XIX e boa parte do século XX não faltaram esforços no sentido de aprimorar e estabelecer com precisão o conceito de raça; naquela perspectiva que o saber de século XVIII legou com a mais positiva: a perspectiva biológica- comportamental. Em outras palavras: impôs-se a perspectiva que buscava nas diferenças físicas entre os homens indícios de caráter e de personalidade, o que determinava por localizar, no contexto da cientificidade, a explicação biológica material do atraso tecnológico de muitas sociedades humanas. Legitimando domínios, tutelas e, eventualmente, extermínio em massa, não faltaram trabalhos preocupados em demonstrar o atraso histórico das culturas não-ocidentais.

Portanto, a adoção de uma criança negra por uma família branca é geradora de obstáculos, que vêm de séculos, sustentadas por teorias e comportamentos errôneos e preconceituosos.

A adoção inter-racial é geradora de preconceito existente em nossa sociedade, pois adotar criança ou adolescente com características diferentes de seus futuros pais é um desafio, desafio esse que deveria ser apenas de amor que nascerá do vínculo entre pais e filhos.

Observa-se que a cor da pele na hora da escolha é tão importante quanto a idade da criança ou adolescente, a resposta desses, pais segundo as assistentes sociais, é que com o passar do tempo essa criança poderá sofrer preconceito racial ao se deparar com pais de outra cor.

Vargas (2001) comenta a relação inter-racial brasileira com o seguinte texto:

A identificação racial é mais complexa que aquela que se costuma fazer baseada na cor da pele (branca, negra ou amarela). Deve-se incluir características culturais, além das características biológicas. A imigração trouxe para o país grupos de diferentes raças e etnias. Desde o início da colonização o Brasil vive em processo de miscigenação. Tanto que as diferenças raciais são mais observadas nos estados do sudeste e sul do país, onde há menor número de negros e índios e a imigração italiana, alemã e japonesa foi mais significativa. Em um país mais mulato do que branco, onde as características raciais ditas “puras” são raras, o que aponta como diferença racial, na hora de adotar, é apenas um tom da pele já que as demais características que definem uma etnia, já estão bastante integradas na nossa cultura. Mesmo assim, há dificuldade de definição nesse aspecto, são tantas denominações entre a pele branca e a negra (parda clara, parda média, parda escura, mulata escura, etc.) que esses dois extremos são cada vez mais raros. (VARGAS, 2001, p. 70)

Percebe-se neste caso que o motivo de tanta demora para a adoção é o perfil desejado pelos adotantes. Segundo o Cadastro Nacional de Adoção de 2013, na região sul, de 28,28 % das crianças e adolescentes aptos a adoção, 11,75 são negros, e a maioria são meninos. Em relação aos pretendentes, de 35,20% também na região sul somente 1,03% adotariam crianças negras e 1,69% adotariam crianças pardas.

Deve-se respeitar a opção desses pais na escolha de seu filho, porém do outro lado de encontram-se crianças e adolescentes abrigados que sofrem a dor do abandono e da solidão de quem não tem família e que sonha com um pai, uma mãe, enfim, uma vida em família de verdade, sem dar importância a sua cor, idade ou gênero.

Um dos direitos descritos no ECA é garantir aos que se encontram em situação de abandono o direito a convivência familiar, seja pela adoção, ou por outros tipos de modalidade. Segundo (Weber, 1999, p. 98), a grande maioria dos adotantes indagados na hora do cadastro relata que gostaria de adotar crianças que se assemelham aos traços raciais semelhantes ao seu, assim a cor da pele é um impedimento ao acesso a uma família e a igualdade.

Essa declaração dos adotantes deixa bem claro o preconceito racial, e é um dos entraves no processo de adoção.

A intolerância do adotante ao preferir uma criança branca do que uma negra, se mostra bem clara na hora de seu cadastro, isso mostra que a população afrodescendente continua a ser excluída, e não somente na adoção e também em outros setores da sociedade.

Na adoção, ela se manifesta a partir da escolha dos adotantes, que querem que seus filhos se assemelhem a suas características físicas, alegando o não sofrimento do filho por preconceitos futuros e constrangimentos dos familiares.

Moura (*apud* WEBER,1998), discorda do fato de crianças negras serem adotadas somente pelas famílias negras, pois para esta, é necessário resgatar o verdadeiro sentido de proteção à criança e rever o conceito de criança adotável. Segundo ela, a criança adotável, deve ser vista como aquela que não tem possibilidades de ser criada em sua família de origem e, portanto, necessita estar pronta a integrar-se a uma família substituta.

Dessa forma, podemos perceber que o direito a convivência familiar dessas crianças negras e pardas está ocorrendo de forma desigual. Assim os abrigos continuam a institucionalizar crianças que esperam por um lar às vezes por anos, por uma escolha do adotante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo demonstrar um pouco sobre a história da adoção, e a colocação de crianças e adolescentes negros que vivem em abrigos, retirados de suas famílias por vários motivos, possibilitando uma condição de vida melhor em uma família substituta.

A adoção de uma criança com características diferentes às do adotante, como a cor da pele, é uma situação na maioria das vezes complicada, que pode ocasionar preconceitos.

A adoção hoje em dia é a garantia de se ter uma família para ambos os lados. Sendo assim, essa família adotante tem que estar preparada e decidida desse papel.

Verifica-se no processo de adoção que há um estágio de convivência, para que nele se possa perceber e analisar a adaptação entre pais e filhos, ajudando ambas as partes a se conhecerem melhor.

Segundo o Cadastro Nacional de Adoção, crianças negras ainda tem resistência a serem adotadas. A escolha no preenchimento do cadastro pelas famílias quanto ao interesse, vem pela idade, sexo e cor, ocorrendo na maioria das vezes a demora da adoção por anos. Isso quer dizer que essas crianças e adolescentes que não são pretendidos na escolha, cresceram sem a presença de uma família e sim em abrigos.

O que percebemos é que a criança ou o adolescente necessita de uma família que o ame, que o eduque, independentemente de sua cor, idade ou sexo.

A base para qualquer pessoa é a família, que ainda se encontra despreparada para viver a adoção inter-racial, a isto temos o processo da época da escravidão, gerador mesmo após mais de um século de extinção, continua produzindo preconceito e discriminação.

Há um caminho longo a percorrer e ações para serem tomadas, para que possamos garantir a essas crianças abrigadas a oportunidade de terem uma família digna.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. **Código Civil de 1916**.

BRASIL. Lei nº 6.697/ 1979. **Código de Menores**.

BRASIL. Lei nº 8.069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL. Lei nº 12. 010/2009. **Nova Lei da Adoção. Cadastro Nacional de Adoção**. Disponível em: <http://www.cnj.ius.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna>. Acesso em 16 abr 2015.

BRASIL. Lei n 12. 288/2010. **Estatuto da Igualdade Racial**.

CARDOZO, Ciro Flamiron; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERNANDES, F. et al. **Dicionário Brasileiro Global**. 45 ed. São Paulo: Globo, 1996.

GOMES, N. L. Educação Cidadã, etnia e raça. In: J. C. Azevedo (Org.), **Utopia e democracia na educação cidadã** (pp. 245-257). Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, Secretaria Municipal de Educação, 2000.

LIMA, Miguel M. Alves. **O direito da criança e do adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica**. Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutor, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2001.

MOURA, Simone Vivian de. **Adoção tardia**. Dissertação de graduação em Serviço Social. FADIV: Divinópolis, 2008.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PORTAL DA ADOÇÃO. Disponível em <http://www.portaldaadocao.com.br/>. Acesso em 16 abr 2015.

RECRIAR. **Família e adoção.** Disponível em:< http://www.projetorecriar.org.br/site/como_adotar.htm>. Acesso em: 27 jun 2015.

RIZZINI, I. **Deserdados da Sociedade:** os meninos de Rua da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

SILVA FILHO, Artur Marques da. **O regime jurídico da adoção estatutária.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

SILVA. Paulo Vinicius Baptista da. **Apontamentos sobre o racismo no Brasil.** NEAB. UFPR.

SILVEIRA, Ana Maria da. **Adoção de crianças negras:** inclusão ou exclusão? São Paulo: Veras editora, 2005.

SILVEIRA, Ana Maria da. **Particularidades da Adoção:** a questão da etnia. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 2002.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

VARGAS, Marлизete Maldonado. In: Cecif (org.) **101 Perguntas e Respostas sobre adoção,** São Paulo: CECIF, 2001.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Laços de ternura:** pesquisas e histórias de adoção. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1999.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Quero que alguém me chame de filho:** abandono, pobreza, institucionalização e o direito à convivência familiar. Disponível em: http://www.nac.ufpr.br/artigos_do_site/1998_Quero_que_alguem_me_chame_de_filho.pdf. Acesso em 23 set 2015.

ANEXOS

MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO PARA HABILITAÇÃO À ADOÇÃO
<p>Excelentíssimo Senhor, Doutor Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Adoção Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba</p> <p>Eu, _____, natural de _____, estado civil _____, profissão _____, portador da CI/RG n. _____, e CPF n. _____; e _____, natural de _____, estado civil _____, profissão _____, portadora da CI/RG n. _____ e CPF n. _____, residentes e domiciliados na Rua _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____ CEP _____, telefones (celular, residencial, comercial ou para recados – DDD) _____, e e-mail _____ vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 50, § 1º, da Lei n. 8.069 de 13.07.90, requerer a inscrição para habilitação como candidatos à adoção de uma criança em condições jurídicas de ser colocada em lar substituto.</p> <p>Declaramos, desde já, que estamos cientes de que esta inscrição será automaticamente cancelada caso não nos manifestemos por escrito, no prazo de 01 (um) ano, a contar da data da sentença.</p> <p>Nestes termos, pedem deferimento.</p> <p>Curitiba, ____ de _____ de 20__.</p> <p>(Assinatura da parte requerente com firma reconhecida)</p>

Além do requerimento, há necessidade dos seguintes documentos:

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Fotocópia autenticada da identidade da parte interessada; 2. Fotocópia autenticada do CPF da parte interessada; |
|---|

3. Fotocópia autenticada da certidão de casamento (ou certidão de nascimento, se solteiro), ou em caso de conviventes, prova da união estável mediante declaração assinada por, no mínimo, duas (2) testemunhas idôneas, com integral qualificação e firmas reconhecidas dos declarantes;
4. Atestado ou comprovante de renda e residência;
5. Certidões de Antecedentes do 1º, 2º e 3º Ofícios Distribuidores (área Cível, Criminal e Extrajudicial), na cidade de Curitiba obtidas todas na Rua XV de Novembro, 362 – 2º andar, ou nas respectivas Escrivanias;
6. Certidão Criminal da Justiça Federal (podendo ser obtida na internet). Se constar antecedentes, também deverá ser apresentada certidão de teor explicativo;
7. Fotografias de boa qualidade coloridas e recentes, tamanho 10x15 (tipo postal), da parte interessada, de seus familiares e da residência, abrangendo a parte interna e externa do imóvel. As fotos deverão ser coladas em folha “A4” e legendadas;
8. Atestado de saúde física e mental (este último por psiquiatra).

Fonte: CNJ - portaria nº1, de setembro de 2011.

Em Curitiba, os fóruns que trabalham com adoção ficam nos seguintes endereços:

- **FÓRUM DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA**
Rua da Glória, 290, Centro Cívico – Curitiba/PR
Atendimento ao público das 12h00 às 18h00.
 - **Reunião Informativa sobre Adoção:**
A reunião informativa sobre adoção é obrigatória e constitui o primeiro passo para os interessados no processo de adoção.
8º andar – toda quinta feira às 14h00 (não precisa agendar).
Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial (Equipe Técnica):
7º andar – fones: 3210-3109 e 3210-3110
Cartórios das Varas da Infância:
6º andar – fones: 3210-3136, 3210-3129 e 3210-3130
- Observações:** a entrega dos documentos para início do processo de habilitação deve ser feita no 3º Ofício Distribuidor. Após, será distribuído para 1ª ou 2ª Vara, a partir desta distribuição, demais acompanhamentos e documentos serão entregues nos respectivos Cartórios indicados.

Se for residente em outra cidade, informe-se do endereço da Vara da Infância e da Juventude para sua comarca ou o Fórum.

Para mais informações, veja o manual - Adoção Passo a Passo - produzido pela Associação dos Magistrados Brasileiros.